

URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NAS CIDADES DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Edlene de Fátima Pereira Meira¹

Graduanda em Geografia/UESB e Bolsista da FAPESB
E-mail: dilinhameira@yahoo.com.br

João Paulo Amorim Pereira²

Graduando em Geografia/UESB
Graduando em Geografia/UESB e Bolsista da FAPESB
E-mail: paulinho_gat@hotmail.com

Janio Santos³

Doutor em Geografia e Professor-Adjunto da UESB
E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Resumo:

A Bahia passou por profundas alterações em sua urbanização a partir de 1950, que influenciaram a organização das cidades. As áreas urbanas localizadas no Território de Identidade de Vitória da Conquista, um dos nossos focos de pesquisa, também revelam as conseqüências dessas transformações, produtos da industrialização e da urbanização ocorridas no Brasil. Nessa área, verifica-se que a mobilidade do trabalho do campo para a cidade foi notória, não restrita aos deslocamentos para os grandes centros urbanos brasileiros. Mesmo para as pequenas cidades, mas, em prevalência, para as médias, camponeses passaram a migrar, porque foram expropriados de suas terras, em função de três processos: a ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo, o processo de mecanização/modernização da agricultura e em função de períodos de crise na atividade agrícola. Também ocorre a expansão territorial das cidades pequenas e médias, o aumento das áreas periféricas pobres e profundas rupturas nas relações cotidianas. Por outro lado, percebe-se uma mudança nos padrões demográficos dos municípios, que provocou o surgimento de novos núcleos urbanos, sobretudo pequenas cidades e de vilas. Toda essa dinâmica tem como alicerce a expansão das relações capitalistas na Bahia, como expressão de seus avanços no território brasileiro.

Palavras-chave: Urbanização, mudanças, território de identidade, Vitória da Conquista

¹ Membro do Grupo de Pesquisa: Urbanização e produção de cidades na Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

² Membro do Grupo de Pesquisa: Urbanização e produção de cidades na Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

³ Coordenador do Grupo de Pesquisa: Urbanização e produção de cidades na Bahia.

Introdução

Nas quatro últimas décadas, observamos profundas transformações nas cidades baianas, como consequência de alterações que vêm se desdobrando em várias escalas. Além do fato do Estado da Bahia consolidar-se como uma Unidade Federativa majoritariamente urbana, produto de novas relações de trabalho e de produção que foram engendradas durante todo o século XX, novos aspectos da vida e dinâmica das cidades passaram a fortalecer o que Lefebvre (1991) chamou como *sociedade urbana*.

As pesquisas desenvolvidas até o momento vêm demonstrando que, simultaneamente a essas mudanças mais gerais atinentes ao Estado, verificam-se transformações em escalas regionais, cujos principais resultados são a legitimação e o fortalecimento do papel das cidades no contexto da reprodução social. Particularmente no caso do Território de Identidade de Vitória da Conquista, no período supramencionado, um fenômeno importante ocorreu: o crescimento das pequenas e a expansão territorial da principal cidade média: Vitória da Conquista.

Notamos que tais cidades passam a desempenhar novos papéis na rede urbana. Enquanto a cidade de Vitória da Conquista possui a função de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, as pequenas cidades possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas e os pequenos povoados.

Com base nos argumentos supramencionados, desenvolvemos estas reflexões visando analisar quais são as transformações que vêm ocorrendo no processo de produção dos espaços urbanos localizados no Território de Identidade de Vitória da Conquista, especificamente, nas pequenas e médias cidades, tentando também entender quais são os elementos que influenciam o conteúdo da sua urbanização, como um produto da lógica do próprio Estado, na atualidade, bem como verificar quais as implicações na estrutura das cidades nele localizadas.

Tais indagações fazem parte das discussões desenvolvidas no Grupo Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, constituído por pesquisas que vêm sendo realizadas sobre algumas áreas urbanas do Estado. Além de avançar nas reflexões sobre os processos e dinâmicas que ocorrem na escala intra-urbana, essa sistemática tem o propósito de fortalecer o debate sobre as cidades baianas,

contribuindo com novas ponderações sobre as mudanças no processo de urbanização, oriundas das investigações empíricas, até porque carecemos de averiguações sobre tais questões.

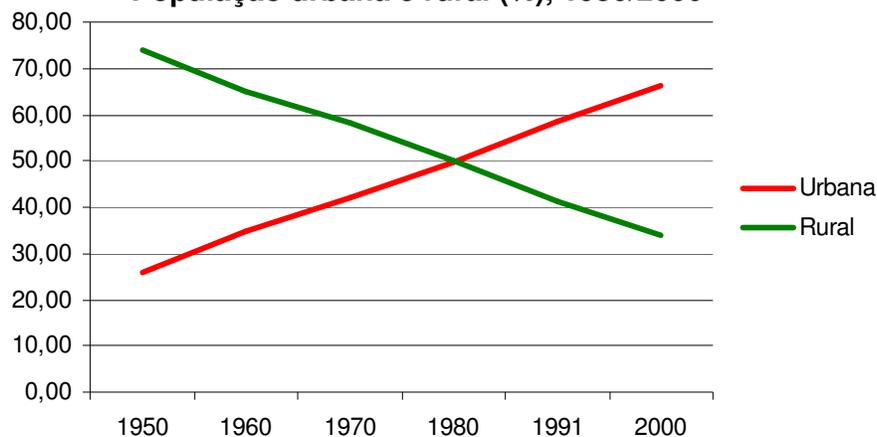
A interpretação do fenômeno é desenvolvida com base nos pressupostos teóricos e metodológicos fundamentados pelo Materialismo Histórico e Dialético, apontando que a materialidade das contradições exprime as relações entre os homens, ao mesmo tempo em que entre eles e a natureza. Se a Dialética Materialista aparece como um arcabouço metodológico, a mesma não pode ser desarticulada da teoria, pois essa é para a teoria a sua dimensão prática, e a teoria é para aquela o sustentáculo epistemológico.

A urbanização na Bahia: questões iniciais

No século XX, aconteceu um fenômeno importante na Bahia, como de resto em outras partes do Brasil e do mundo. Face às profundas mudanças na sociedade, que culminaram na industrialização, paulatinamente, estamos passando de uma sociedade essencialmente rural para uma sociedade cada vez mais urbana. Em 2007, segundo a ONU, o número de pessoas que vivia em áreas urbanas no mundo superou o de pessoas que residia em áreas rurais (SANTOS, J., 2008b). Portanto, a cada dia reafirma-se a lógica de que a cidade é o centro de comando do mundo atual.

Se, no Brasil, essa conversão ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, como aponta J. Santos (2008b), na Bahia, esse processo ocorreu mais tardiamente. Só no início da década de 1980, de acordo com os dados do IBGE, a concentração da população urbana superou a que vivia no campo (Gráfico 1). Segundo o censo de 2000, 66,12% da população vivia nas áreas urbanas, sendo que mais de 18,66% estava concentrada em Salvador e 17,61% nos municípios que possuíam, no contexto histórico, mais de 100.000 habitantes.

Gráfico 1: Bahia
População urbana e rural (%), 1950/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Isso está relacionado ao fato de que o processo de urbanização contemporâneo sofreu forte influência das mudanças ocorridas a partir do século XVIII, em função da Primeira Revolução Industrial, bem como de outras mudanças decorrentes desse fenômeno, ainda no século XIX, como alterações no sistema de circulação e comunicação. O que verificamos, após esse contexto histórico, foi um contundente e paulatino amadurecimento do capitalismo no mundo, segundo J. Santos (2008b, p. 38).

Sposito (2004), ao analisar o conceito de urbanização, deixa evidente a necessidade de apartarmos o seu uso indistinto frente às inferências de profissionais da Engenharia, Arquitetura, Economia e mesmo da Geografia, reduzindo-o, por exemplo, ao entendimento sobre as transformações que ocorrem no espaço urbano sob uma dimensão técnica ou relacionada às variabilidades na dimensão demográfica. Sua complexidade só pode ser apreendida com base na discussão sobre as múltiplas transformações que ocorreram na relação entre a Sociedade e a Natureza ao longo da história, pressupondo uma divisão técnica, social e territorial do trabalho.

Ainda segundo Sposito, devemos entender que,

[...] a urbanização é um processo, e, como tal, deve ser lida enquanto um movimento espaço temporal [...]. Essa preocupação é retomada aqui, porque não há possibilidade de apreensão da urbanização, como processo complexo que se constitui, sem se analisarem as múltiplas conexões possíveis entre o tempo e o espaço, não apenas considerando a sucessão e a sincronia, mas também o descompasso e a arritmia que marcam o movimento que, no real, articula essas duas dimensões da existência (SPOSITO, 2004, p. 34).

J. Santos (2008b), ao analisar os elementos que influenciam a materialização das cidades na sociedade contemporânea, argumenta que estamos sob a égide de uma urbanização cuja complexidade é maior, sem querer dizer que, anteriormente, essa não obtivesse certo grau de complexidade. O referido autor afirma é que, na atualidade, em função de diversos aspectos, há uma superposição de processos e dinâmicas, que, por sua vez, decorrem em alterações profundas no modo como tais espaços urbanos estão sendo estruturados.

A ascensão do modo capitalista de produção foi um registro relevante para a urbanização mundial, sendo uma das características do período moderno. A apropriação da natureza e sua conversão em mercadoria são os indícios de que a Sociedade e a Natureza foram (re)configuradas e (des)configuradas em sincronia com a veleidade do processo de reprodução do capital.

No Brasil, como em outras partes do mundo, a hegemonia do capitalismo incidiu direta e visivelmente nas cidades, alterando, mormente, seu conteúdo e sua estrutura urbana já no início do século XX. O fortalecimento do papel que as cidades passaram a desempenhar na organização da sociedade, da produção e do espaço foi, sem dúvida, a maior expressão desse contexto histórico. Entretanto, foi a partir da década de 1940 que o território brasileiro passou por mudanças realmente profundas em sua urbanização que, por sua vez, influenciaram na estruturação das cidades, sobretudo, das metrópoles. Esse processo foi desencadeado, principalmente, pela instauração de uma nova conjuntura política, econômica e social, com conseqüências no “desenvolvimento” econômico do país.

Todas essas vicissitudes fizeram com que o processo de estruturação das cidades baianas, nas últimas quatro décadas, sofresse alterações que, aliás, não estão sendo devidamente acompanhadas pelos pesquisadores preocupados com o debate sobre a produção do espaço urbano. Assim, precisamos avançar nessas investigações para entendermos a égide sob a qual o processo de produção das cidades localizadas na Bahia vem sendo influenciado.

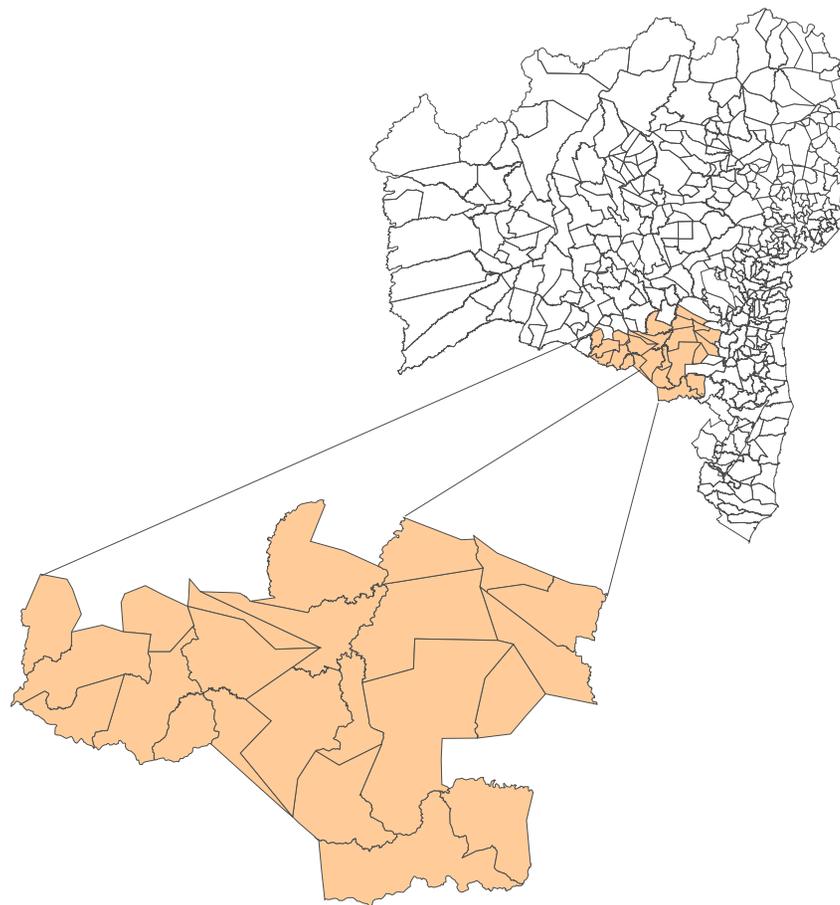
É esse conjunto de mecanismos supramencionados, que implicam numa análise dos nexos que alicerçam as formas de organização do espaço, do território e da produção, perpassando leituras sobre os elementos políticos, econômicas e sociais que, em nossa concepção, teve como consequência mais importante a constituição, no período contemporâneo, de uma urbanização cuja complexidade é maior. Concomitantemente, como aponta J. Santos (2008b), isso revela que, no caso da Bahia, tais modificações demonstram um amadurecimento do próprio capitalismo, como consequência do avanço de suas próprias relações no território brasileiro.

Desse modo, para quem deseja pesquisar as cidades ou outros espaços urbanos existentes na Bahia, o grande desafio é articular as dinâmicas e processos que ocorrem no conteúdo da urbanização, o que indica *pensar o que é geral*, às verificadas no âmbito intra e inter-urbano, ou seja, *o que é particular*. Cabe, assim, investigar as consequências de tais modificações tanto na rede urbana, ou seja, nos mecanismos e lógicas que articulam as cidades no território; quanto no espaço intra-urbano.

O Território de Identidade de Vitória da Conquista no contexto da urbanização

O Território de Identidade de Vitória da Conquista foi delimitado em função de uma nova regionalização adotada pelo Governo do Estado da Bahia, a partir de 2007, cuja discussão teórica não faz parte dos interesses desta pesquisa. Nossa questão envolve pensar o processo de produção do espaço urbano, no contexto dessa área, no sentido de discutir as influências do movimento e das mudanças ocorridas na urbanização na produção das áreas urbanas, sobretudo, as cidades pequenas e médias. Boa parte da área está contida no Polígono das Segas, situada ao sul da Chapada Diamantina (Figura 1).

Figura 01:
Território de identidade de Vitória da Conquista
Localização da Bahia, 2010



Localização da Bahia no Brasil, 2010



Fonte:
IBGE/SEI

Elaboração:
João Paulo Amorim Pereira

Base cartográfica IBGE
malha municipal, 2010



0 22,4 44,8 67,2 Km



Segundo dados levantados pelo IBGE⁴, o povoamento de todos os municípios que fazem parte do Território de Identidade de Vitória da Conquista tem relação, em princípio, com a habitação de tribos indígenas e sua relação com os “desbravadores” do interior baiano. Por outro lado, em alguns casos, essa área serviu de refúgio para indígenas que foram expulsos de suas terras e para os que se libertaram da condição de escravos, no Litoral Baiano, na época da colonização portuguesa. Como estamos falando de uma grande extensão territorial, não podemos dizer que em todas as cidades desse Território de Identidade tiveram, necessariamente, a presença indígena no seu sítio urbano. Entretanto, cidades como Vitória da Conquista, que foi palco de inúmeros conflitos entre os bandeirantes, verdadeiros assassinos que marcaram a história da posse da terra na Bahia, e as tribos locais; e Anagé, Condeúba, Piripá, Poções e Belo Campo, que tiveram indígenas como formadores dos primeiros núcleos habitacionais dessa região, podem ser exemplos.

As ocupações portuguesas desse Território ocorreram, sobretudo, a partir do século XVII. Todavia, se deram de forma mais intensa entrem meados dos séculos XVIII e XIX⁵ quando a colonização se voltou para o interior à procura das minas de metais preciosos, pois as de Rio de Contas e Minas Gerais já encontravam-se em decadência.

Contudo, foi em 1752, marco histórico da vitória dos conquistadores, que se iniciam o povoamento por bandeirantes e fazendeiros, que outrora disputavam terras do litoral, em cidades como Lecínio de Almeida, Poções, Jacaraci, Mortugaba, Condeúba, Piripá, Cândido Sales, Jânio Quadros, Anagé, Aracatu, Barra do Choça e Tremedal⁶. Mesmo que a ocupação pretérita também tenha relação com o massacre dos índios, realizados pelos bandeirantes, outros povoados se tornaram cidades, também, por estarem ligados à parada ou passagem de tropeiros, como é o caso de Planalto e de Encruzilhada.

A partir dos anos de 1940, pode-se verificar que o processo de urbanização, em função da própria industrialização brasileira, mostrava as faces dos avanços do capitalismo no território brasileiro. As novas necessidades do capitalismo nos países subdesenvolvidos, no sentido de implantar novas empresas, redefiniram as relações tempo-espaço, refletindo na produção de novas formas que articulassem a região

⁴ IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Volumes XX e XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958

⁵ *Idem*

⁶ *Idem*

produtora industrial, no caso, a Região Sudeste, às demais áreas do Brasil, como a Região Nordeste, recriando a divisão territorial, técnica e social do trabalho (SANTOS, 1994).

Por isso, no caso específico do Território de Identidade de Vitória da Conquista, a implantação das rodovias federais e estaduais, enquanto um produto dessa nova dinâmica econômica, alterou profundamente as relações tecidas no seio das áreas urbanas. Por um lado, fez eclodir inúmeros núcleos urbanos em regiões mais estratégicas, próximas às suas margens, e declinar tantas outras áreas mais consolidadas, como fortalecer o papel das cidades cujo porte era relativamente maior, como o caso de Vitória da Conquista. No caso específico dessa última, segundo Medeiros (1985), o comércio passou a se intensificar, criando, para o autor, as condições ideais para o “desenvolvimento urbano”, bem como para a expansão territorial da cidade (*grifo nosso*). A nosso ver, outros elementos devem ser considerados, porque senão, a leitura decorre no que Santos (2009) aponta como um determinismo tecnológico, algo comum às leituras sobre as transformações nas cidades baianas.

A política de articulação do território brasileiro fez com que houvesse uma fluidez nas relações entre os espaços, decorrendo na maior circulação de mercadorias, capital e, sobretudo, trabalhadores. Portanto, no Território de Identidade de Vitória da Conquista verificou-se que a mobilidade do trabalho do campo para a cidade foi notória, não restrita aos deslocamentos para os grandes centros urbanos brasileiros, sendo a Região Sudeste o principal foco. Todavia, mesmo para as pequenas cidades, mas, em prevalência, para as médias, milhares de camponeses passaram a migrar, porque foram expropriados de suas terras, em função de três processos apontados por Santos (2009): a ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo, o processo de mecanização/modernização da agricultura e em função de períodos de crise na atividade agrícola. Dessa forma, isso criou possibilidades para a expansão territorial urbana de vários povoados e, sobretudo, das cidades de porte maiores, pois, enquanto locais de decisões, centros de comando, as cidades precisavam criar condições para sustentar e reproduzir o modo de produção capitalista vigente.

Entretanto, só a partir da década de 1970, com a criação do Distrito Industrial dos Imborés, que a atividade industrial ganhou alguma se intensifica nessa região. Nessa mesma década, houve a implantação da cultura cafeeira e vultosos recursos financeiros para que a mesma se expandisse. Esses recursos, todavia, trouxeram inúmeras transformações na lavoura de Vitória da Conquista, Encruzilhada e Barra do Choça (MEDEIROS, 1985). Conforme aponta Ferraz, “Assim o comércio de terras propícias para o plantio de café se intensifica e o preço sobe consideravelmente, o que dificulta o acesso a terra por pequenos proprietários e impulsiona a migração rural” (FERRAZ, 2001, p. 33).

Esse êxodo rural aponta a falta de políticas de permanência do camponês no campo feitas pelo governo, que, ao invés de ajudar o pequeno produtor a se desenvolver, criou políticas que os expulsaram do seu lugar de origem e lhes tiraram as condições concretas, a posse da terra, tornando-se mão de obra assalariada, um aspecto bastante discutido por Souza (2008).

Se, entre 1960 e 1980, houve um intenso processo de migração da Região Nordeste para a Região Sudeste, nas últimas décadas isso não é mais prevalente no Território de Identidade de Vitória da Conquista. Concomitantemente ao movimento de migração das pessoas do campo e da cidade, há um movimento de retorno, pois, como as condições de vida tornam-se mais agudas, face à própria crise do capitalismo, muitos não conseguem mais trabalhos e desempregados.

Segundo Santos (1993), tanto as cidades pequenas como o campo moderno precisam de mão de obra especializada. Para isso, muitos moradores saem pra uma cidade que lhes ofereça essas possibilidades, como é o caso de Vitória da Conquista, dentro desse Território de Identidade, que polariza as atividades de: educação, saúde, serviços, comércio etc. Há, portanto, uma migração temporária de pessoas que saem para estudar, mas retornam pra seu lugar de origem. Ainda segundo o autor, nota-se uma mudança de conteúdo da cidade local:

Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transforma em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, o juiz o promotor o telegrafista, cede lugar a cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993).

Todavia, as informações apontadas pelo autor merecem ser relativizadas, porque não acontecem em todas as cidades baianas, por exemplo. O que podemos perceber quando analisamos as cidades do Território de Identidade de Vitória da Conquista é o fato de que as suas histórias estão marcadas por uma dependência das relações e das atividades estabelecidas no campo, sobretudo, as pequenas; e, principalmente, do dinheiro que é gerado pelas atividades originadas dos serviços públicos.

Atualmente, o conteúdo da urbanização foi profundamente modificado, como foram modificadas às próprias estruturas e relações das/nas cidades. A articulação dessas cidades localizadas nesse Território com as demais regiões se dá, atualmente, justamente pelas relações em rede, que vão além, no sentido de superar o nível físico-territorial, sem que necessariamente o elimine, pois as relações urbanas ainda são constituídas por relações fortemente territoriais.

Um novo padrão urbano no Território de Identidade de Vitória da Conquista

As mudanças ocorridas no processo de urbanização, se pensadas a partir da década de 1940, sobretudo, em função da industrialização brasileira, foi um forte fator para que houvesse um crescimento, em termos absolutos, da população que vive na cidade. Todavia, é necessário considerar que, em termos relativos, algumas cidades apresentaram um decréscimo na Taxa de Crescimento Decenal da população, como é o caso de Vitória da Conquista e Poções, sobretudo, nos últimos 20 anos (Tabela 1).

Na década de 1940, a maior área urbana do Território de Identidade estudado era Vitória da Conquista que, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, possuía 7.682 habitantes, e a menor, que era Bom Jesus da Serra, possuía 155 habitantes. Apenas quatro cidades possuíam mais que 1.000 habitantes, dentre as quais Encruzilhada ainda era considerada como uma vila, porque, conforme Decreto-Lei de 02 de março de 1938, só se considera cidade no Brasil as sedes dos municípios.

Tabela 1:
Território de Identidade Vitória da Conquista
Taxa de Crescimento Decenal da População da Cidade¹, 1940-2000

	2000-1991	1991-1980	1980-1970	1970-1960 ²	1960 ² -1950	1950-1940
Anagé	-2,06	102,78	36,90	83,27	54,17	12,29
Aracatu	53,44	63,16	0,95	67,91	47,83	19,25
Barra do Choça	52,19	81,54	326,75	8,76	83,29	0,53
Belo Campo	41,47	79,65	87,17	59,68	97,40	46,87
Bom Jesus da Serra	53,86	31,05	-2,16	-15,56	1.664,41	-61,94
Caetanos	120,43	2.972,41	-35,56	-18,18	-56,00	-24,24
Cândido Sales	16,54	49,21	39,94	816,43	-21,98	214,62
Caraibas	174,90	73,83	32,44	-10,00	-17,22	-10,12
Condeúba	2,48	125,66	58,37	-0,98	13,06	23,18
Cordeiros	-8,54	84,27	47,98	-2,21	11,24	11,37
Encruzilhada	34,97	50,82	32,40	18,98	4,44	35,52
Guajeru	65,04	68,66	26,84	-0,61	-5,39	43,37
Jacaraci	49,09	79,51	18,64	-5,08	-25,80	39,49
Licínio de Almeida	0,69	40,34	52,35	101,67		
Maetinga	49,89	107,08	54,00	-8,22	29,68	
Mirante	157,86	84,39	31,22	-1,44	-21,51	-67,12
Mortugaba	20,37	81,02	57,74	64,74	39,12	20,53
Piripá	50,89	82,09	140,55	17,46	7,30	-22,13
Planalto	26,78	59,54	25,60	44,21	625,20	
Poções	27,85	55,49	55,86	67,85	70,52	37,29
Presidente Jânio Quadros	95,11	145,56	9,55	-5,45	29,87	14,14
Ribeirão do Largo	86,33					
Tremedal	25,09	85,63	19,32	17,05	14,70	11,96
Vitória da Conquista	19,50	43,46	52,64	75,79	167,26	127,84

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Notas:

1 - Apenas os dados da população urbana do Distrito-sede. Para os casos em que os municípios não eram emancipados, utilizamos os dados da população da sede do distrito;

2 - Em 1960, o IBGE não divulgou os dados distritais. Assim, foram utilizados os dados da Sinopse Preliminar.

Verificamos que o ritmo do crescimento das pequenas áreas urbanas foi intenso nos últimos 30 anos. Entre 1980 e 1991, todas as cidades existentes apresentaram crescimento demográfico positivo, sendo que 18 tiveram crescimento superior a 50%, cujo caso mais extremo foi o da cidade de Caetanos, que passou de 29 habitantes, em 1980, ou seja, ainda enquanto sede de um distrito, para 891 habitantes, já oficialmente como cidade. Se entre 1991 e 2000, mesmo com crescimento negativo apenas na pequena cidade de Anagé, as Taxas de Crescimento diminuíram em termos relativos, pois apenas dez cidades tiveram crescimento superior a 50%. Todavia, em dados absolutos, o número de habitantes das áreas urbanas cresceu no mesmo ritmo do período anterior. Entre 2000 e 2007,

o ritmo de crescimento da população absoluta permaneceu com tendência das taxas crescentes, por mais que, em termos relativos, tenham diminuído.

Decorrências nas cidades do Território de Identidade de Vitória da Conquista

As decorrências mais importantes das mudanças no conteúdo da urbanização, aspectos que mencionamos alhures, no processo de estruturação das pequenas áreas urbanas localizadas no Território de Identidade de Vitória da Conquista, são: a expansão do tecido urbano, a segregação socioespacial, o aprofundamento das desigualdades entre as classes, a terciarização econômica e o crescimento das áreas centrais, a divisão territorial do trabalho na escala intra-urbana, a valorização de novas áreas fora do centro e a alteração do conteúdo do urbano.

Antes de aprofundamos nossas considerações sobre tais alterações, é necessário destacar que, em todos os casos das pequenas áreas urbanas que analisamos, há uma intrínseca relação entre o campo e a cidade. Ou seja, a dinâmica urbana é “alimentada”, dialeticamente, alimentando a rural, o que torna inexorável a necessidade de encontrarmos novos caminhos metodológicos, objetivando superar concepções duais que separam o campo da cidade. Assim sendo, por mais que, enquanto sistemática para as nossas reflexões, estejamos separando o que concerne à população rural, urbana, da cidade e municipal, o entendimento sobre o modo como é engendrado o processo de estruturação das pequenas cidades e das vilas no Território de Identidade de Vitória da Conquista perfaz-se articulando esses contingentes demográficos, por meio da investigação sobre o modo como a mobilidade do capital e da produção, intermediada pelas ações políticas, interfere e é interferida pela dinâmica da sociedade, permitindo observar relações intra-urbanas integradas às relações entre essas e o seu entorno, principalmente, o que consiste ao município como um todo.

No que concerne à expansão das áreas urbanas, entre 1940 e 2000, reforça e idéia que a maior parte desses núcleos também tem crescido territorialmente. Ademais, diferente do que certas concepções reducionistas e acríicas apontam, não é o processo de crescimento do tecido urbano, em si, que decorre na intensificação da segregação socioespacial, fenômeno que vem se acentuando em tais cidades, sobretudo, nas que estão sob a égide de

reestruturações/desestruturações econômicas regionais, expansão do agronegócio, das políticas de incentivos fiscais e ausência de programas de permanência da população no campo.

O que estamos verificando é o aprofundamento das desigualdades entre as classes, materializado na divisão territorial do trabalho, na escala intraurbana, pela constituição de novos espaços residenciais e equipamentos urbanos relativamente⁷ mais sofisticados, fortalecendo a separação entre ricos e pobres. Nesse mesmo sentido, cresce a mercantilização da terra para os casos que estudamos, mediante a conversão da terra rural em urbana, o que torna mais evidente a ação dos loteadores e dos especuladores imobiliários nas pequenas e médias cidades. Assim, novas relações se tecem no interior dessas, mediadas pela propriedade privada e pelo mercado do solo urbano.

Se o “rolo compressor” é a abertura de novas possibilidades, conseqüentemente, *de espaço*, para empresas agrícolas, comerciais e industriais, fomentadas pelo Estado, nas esferas estaduais e municipais, e por interesses das elites locais, na “esteira” do processo verifica-se o empobrecimento da classe trabalhadora, exprimindo, dentre outros aspectos, uma contemporânea e complexa mobilidade do trabalho entre campo e cidade, seja na escala do município, da região, do Estado ou do país, fortemente influenciada pela mobilidade do capital. Ademais, uma precarização das condições de trabalho e da vida urbana, uma negação do direito ao ócio e uma sujeição aos interesses políticos locais.

Adicionado a esses aspectos, sob certa ótica, como produto deles, verificamos uma “terciarização”⁸ da economia que, no caso das pequenas áreas urbanas, se revela pela expansão das áreas centrais, ratificando a massificação do consumo. Segundo dados da SEI, 95,2% dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista têm no comércio e nos serviços o maior peso do seu PIB (Produto Interno Bruto). O caso de Barra do Choça deve ser ressaltado, um pequeno município cuja produção agrícola é de 60.72%. É por isso que também nas pequenas cidades verificamos o crescimento do *tecido terciário*⁹, a proliferação do trabalho autônomo e a presença de um setor terciário informal.

⁷ É necessário considerar que estamos tratando de uma pequena cidade.

⁸ Aumento do peso exercido pelo setor terciário (SANTOS, 2008b).

⁹ Área contínua da atividade terciária em áreas centrais da cidade (SANTOS, 2008b)

Também nos pequenos núcleos urbanos, pode-se apontar que, aos poucos, mediante a expansão do tecido urbano, é superada a *baixa divisão territorial das atividades*, no plano intra-urbano; aumenta o número de equipamentos urbanos; engendra-se a lógica dos loteamentos e a decorrente conversão da terra rural em urbana.

Todavia, até o início do século XX, as cidades tinham como característica essencial uma estrutura urbana “mononuclear”, que era suporte e produto da divisão social, técnica e territorial do trabalho em escalas diferentes. Como expressão dessa realidade, as relações entre o centro e a periferia constituíam-se como a base da reprodução da vida cotidiana citadina, bem como marcava a estrutura urbana desse período.

Em função das mudanças acima mencionadas, ocorridas no processo de urbanização, percebe-se que o conteúdo das centralidades e das periferias urbanas passou por transformações que, por sua vez, influenciaram no processo de produção da estrutura urbana. No caso do Brasil, as áreas centrais adquiriram funções diferenciadas, face ao surgimento de novas centralidades urbanas; as metrópoles, em geral, reduziram percentualmente sua produção industrial e atenuou o crescimento populacional; e, principalmente, houve uma explosão no setor dos serviços urbanos, mormente, os associados às novas tecnologias e ao capital financeiro. Vinculadas ao processo de reestruturação urbana e das cidades, tais dinâmicas devem ser consideradas de forma articulada, na medida em que são indissociáveis, mesmo que não ocorram, necessariamente, de modo correlato no tempo, como afirma Sposito (2004).

Assim sendo, verificamos o processo de reestruturação urbana e da cidade vem ganhando maiores contornos em Vitória da Conquista, uma cidade média¹⁰. É interessante perceber que, sob certo ângulo, as conseqüências desse parecem ser as mesmas das verificadas nas pequenas áreas urbanas: a expansão urbana, a segregação socioespacial, o aprofundamento das desigualdades entre as classes, a terciarização econômica e o crescimento das áreas centrais, a divisão territorial do trabalho na escala intra-urbana e a valorização de novas áreas fora do centro. Porém, elas ultrapassam bastante no que concerne aos contornos que o processo de reprodução do espaço urbano em Vitória da Conquista adquire,

¹⁰ Informações fundamentadas nas pesquisas realizadas pelo Grupo Urbanização e produção de cidades na Bahia.

sobremaneira, em função da diferença no papel que essa exerce na rede urbana e no contexto regional/estadual. Isso possibilita entendermos que, se o processo de urbanização é o mesmo, o modo como as cidades são produzidas, contraditoriamente, reproduzindo o processo de urbanização, é significativamente diferente.

Ainda no caso da cidade de Vitória da Conquista, verificamos uma relação entre o campo e a cidade que é indissociável. Todavia, prevalece a lógica de que a dinâmica intraurbana está articulada a uma área rural mais ampla e a sobreposição de redes que intermedia os pequenos núcleos urbanos às metrópoles regionais, nacionais e globais, o que não quer dizer que essa articulação também não possa ocorrer numa pequena cidade. Argumenta-se, apenas, que essa lógica é prevalente nas cidades médias. Assim sendo, à população da cidade, somam-se amplos contingentes demográficos regionais que, atraídos pela mobilidade de um capital que não mais está tão circunscrito à escala regional, porque é maior a escala da produção, e por interesses políticos e das elites locais, influenciam no modo como a cidade vinha sendo estruturada, o que revela, a nosso ver, uma profunda ruptura no processo, ou seja, uma reestruturação.

No bojo dessas mudanças, ocorre sua expansão das cidades médias, pois ocorreu um forte aumento populacional. Nesse sentido, a análise sobre o processo de reestruturação da cidade de Vitória da Conquista também revela uma profunda segregação socioespacial. Todavia, isso é majorado por dinâmicas que alteram o conteúdo e a morfologia das suas periferias urbanas¹¹, áreas que deixam de ser apenas associadas às classes de baixa renda, recebendo a classe média, uma elite urbana local e fortes investimentos do poder municipal e do setor imobiliário. Assim, um duplo fenômeno ocorre: (1) a auto-segregação, com a proliferação de condomínios fechados e o surgimento de dinâmicas de fragmentação socioespacial, concomitante à (2) expansão das áreas pobres, indicando uma lógica que aumenta os focos de miséria e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Expande-se, portanto, a ação dos loteadores, que não é um fenômeno novo em Vitória da Conquista, mas que, todavia, passa a constituir a mercantilização das terras urbanas, sustentada pela lógica da escassez, da sua produção enquanto raridade¹². Assim, cresce de modo inexorável a ação dos especuladores e

¹¹ No sentido de distantes em relação às áreas centrais.

¹² Carlos (2004).

incorporadores imobiliários nessas áreas urbanas, no contexto atual, vinculada a um capital que não está mais circunscrito à escala local e, mesmo regional, produzindo novos desejos e necessidades, através da produção de equipamentos urbanos, como shopping centers, ou novas formas de moradias, como os condomínios horizontais fechados. Também em Vitória da Conquista, a atuação desses grupos, junto com o Estado, torna-se o motor do processo de reestruturação urbana e da cidade, como aponta J. Santos (2008b) para o caso de Salvador.

Em função do próprio amadurecimento das relações capitalista em certas áreas da Bahia, bem como dos interesses das empresas em abrir novas frentes visando ampliar a margem e a esfera dos seus lucros, haja vista às condições fiscais que o Estado vem fornecendo e a ampla mão de obra barata, as cidades médias passam a ser focos de atração de um capital comercial, agrário, industrial, imobiliário e financeiro que, como já mencionamos, está associada a escalas que vão além das esferas local e estadual. Todavia, ressaltamos que, em número de estabelecimentos, prevalecem as empresas cujo capital é de origem local ou regional¹³. Apesar dos limites que os dados e as informações possuem, o valor agregado de algumas empresas comerciais, industriais ou agrícolas, de maior porte, supera significativamente o montante de todo o município, influenciado nos dados revelados pelo PIB e desvelando uma concentração do capital em mãos empresariais. De qualquer forma, isso também pode ser verificado em alguns pequenos municípios do Estado.

Outra esfera do processo de reestruturação à qual Vitória da Conquista está submetida, que está inexoravelmente associada às dinâmicas anteriormente mencionadas, é a mudança na lógica da centralidade urbana. Em função do crescimento demográfico, da massificação do consumo e da própria reestruturação do capitalismo, amplia-se o número de áreas centrais na cidade, constituindo uma lógica de maior competitividade tanto no interior da própria área central, quanto entre áreas centrais. Todavia, por mais que novas áreas terciárias estejam surgindo, é clarividente que o centro principal prevalece como maior provedor de produtos, serviços e de empregos

A causa principal dessa perda relativa é, por um lado, a chegada de grandes equipamentos, como o Shopping Center Conquista Sul;

¹³ Informações fundamentadas nas pesquisas realizadas pelo Grupo Urbanização e produção de cidades na Bahia (2009).

megaestabelecimentos de auto-serviços, como os dos Grupos WalMart e Carrefour, o bem como espaços de lazer, mormente, os destinados à elite.

Por mais que seja a ação do setor imobiliário, aliado a investimentos do poder público governamental, o fator que tem maior influência no processo de reestruturação da cidade de Vitória da Conquista, é prevalente a sua aliança com o capital comercial, financeiro, industrial e agrário. Assim, mesmo que as mudanças no conteúdo do urbano estejam relacionadas ao fortalecimento e à expansão do setor terciário, o que inclui o setor imobiliário, ampliação da oferta de serviços, dentre outros aspectos, isso não deve ser analisado como uma regra geral.

Considerações finais

É importante observarmos que, nas últimas quatro décadas, as cidades do Território de Identidade de Vitória da Conquista passaram por importantes alterações, como produto de modificações oriundas de escalas diferentes, mas que também incidem diferenciadamente em cada espaço urbano. Isso configurou um período de maior complexidade no conteúdo da urbanização, tendo como alicerce o amadurecimento das relações capitalistas na Bahia, sobretudo, como expressão do avanço de tais relações no próprio território brasileiro. Por outro lado, reproduziu e reproduz novas relações de trabalho e de produção no espaço geográfico, engendradas, mormente, no final século XX e início do século XXI, o que constitui movimentos hodiernos da vida e dinâmica da sociedade e transforma tanto o urbano quanto as cidades.

Assim, se quisermos acompanhar tais transformações nos espaços urbanos do Território de Identidade de Vitória da Conquista é necessário investigar, articuladamente, três aspectos: (1) as *ações políticas*, que enlaçam a atuação do poder governamental na esfera municipal, estadual e federal; (2) os *ditames e a mobilidade do capital*; e (3) os *deslocamentos dos trabalhadores, as relações tempo-espaço e a própria reprodução da vida cotidiana*.

Com base nessas investigações, percebemos que tais mudanças tiveram como conseqüência dois processos distintos e relacionáveis: a reestruturação da cidade de Vitória da Conquista e modificações na estruturação das pequenas cidades. Enquanto o primeiro altera a lógica que perdurou na cidade durante décadas, que foi a relação centro-periferia, sobrepondo e articulando novas

dinâmicas territoriais urbanas; por outro lado, as mudanças na estruturação das cidades de pequeno porte, dentre outros aspectos, constituem um novo conteúdo no “urbano” verificado nessas tipologias de cidades.

É salutar destacar que a discussão sobre o processo de reestruturação da cidade de Vitória da Conquista, no que tange a constituição de novas expressões da centralidade urbana, não está relacionada às pequenas cidades, porque não encontramos evidência do fenômeno em nenhum caso baiano estudado até o momento. O que observamos, nesses casos, é a constituição de novas áreas residenciais mais elitizadas, sem que necessariamente isso rompa a relação centro-periferia.

As cidades do Território de Identidade de Vitória da Conquista, ao mesmo tempo em que fortalecem seu papel no processo de reprodução das relações capitalistas, mediadas pelo avanço do processo de privatização do solo urbano e da separação entre quem controla a produção e quem vende a força de trabalho, tornam mais evidentes as precárias condições de vida dos trabalhadores, a segregação urbana, a expansão do tecido urbano e a terciarização, acompanhada pela terceirização. Especificamente em Vitória da Conquista, verificamos novos conflitos inter e entre o centro antigo e as novas expressões da centralidade urbana, bem como dinâmicas de fragmentação socioespacial.

Referências

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção**. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2001.

FILHO, O. A. e SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. (Org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.1-34.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>, acesso em Junho de 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Contagem Populacional de 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>, acesso em Junho de 2009.

IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Volumes XX e XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991

MEDEIROS, R, H de. **A Revisão do Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista - Bahia**. Vitória da Conquista, 1985

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MUNFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins fontes, 1998

PONTES, B. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 70). In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente [s.n.], 2001, p. 569-607

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Janio. Estrutura e estruturação urbana: reflexões para a análise geográfica. In: **Revista Terra Livre**, n. 30, São Paulo: AGB, 2008a, p. 59-82.

_____. **A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador**. 2008b. 402f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997a

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro: camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia)- Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Aracaju, 2008

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.